

# IDENTIDADE OPERÁRIA E ASSOCIATIVISMO CAIXEIRAL: MANAUS, 1880-1910

*WORKER IDENTITY AND SALESMAN ASSOCIATVISM:  
MANAUS, 1880-1910*

---

*Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro<sup>1</sup>*

## RESUMO

Estudos sobre os caixeiros no Brasil têm ressaltado que a existência de proximidade desses trabalhadores com seus patrões teria sido a causa de não conseguirem se identificar com o universo da classe operária brasileira e de mostrarem-se refratários às lutas operárias a partir de uma atuação em agremiações políticas reformistas que não questionavam a dominação de classe. Partindo de pesquisa realizada em diversos suportes documentais, e com destaque para o uso de periódicos da chamada grande imprensa e da imprensa operária, o artigo busca analisar os meandros da complexa construção identitária dos caixeiros amazonense entre finais do século XIX e início do XX, em que se manifestam dimensões étnicas, a articular portugueses e brasileiros; etárias, com forte presença de menores tutelados pelos patrões e também a busca de diferenciação frente aos demais trabalhadores a partir de utopias que, preconizando obediência e trabalho morigerado, apontavam como inexorável a ascensão social. Embora complexa e ambígua, a experiência associativa dos caixeiros amazonenses foi rica e resultou numa percepção de que, para além dos comprometimentos e limites que lhes eram impostos, a agência humana se manifestou na e em suas lutas para fazer valer seus interesses e rejeitar a ideia de submissão passiva. Neste processo, demonstraram intenso poder de organização e mobilização e entabularam um conjunto de ações e de lutas por direitos que, entre vitórias e derrotas, acabaram por reescrever uma outra história.

*Palavras-chave:* História Social do Trabalho; Caixeiros; Associativismo.

## ABSTRACT

Studies on salespeople in Brazil have pointed out that the existence of

<sup>1</sup> Historiador e Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, atuando na graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) na área de História. E-mail: balkar.ufam@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4192-8011>.

proximity between these workers and their bosses would have been the cause of not being able to identify with the universe of the Brazilian working class and the reason why they showed themselves reluctant to the workers' struggles, participating in reformist political groups that did not question class domination. Based on research carried out on various documentary supports, and with emphasis on the use of periodicals from the so-called 'big press' and the workers' press, the article seeks to analyze the intricacies of the complex identity construction of Amazonian salespeople between the end of the 19th century and the beginning of the 20th, in which ethnic dimensions are manifested, articulating Portuguese and Brazilians and age groups dimensions, with a strong presence of minors under the tutelage of the bosses and also the search for differentiation from other workers based on utopias that, advocating obedience and sluggish work, pointed to inexorable social ascension. Although complex and ambiguous, the associative experience of Amazonian salespeople was rich and resulted in a perception that, in addition to the commitments and limits imposed on them, the human agency manifested itself in its struggles to assert its interests and reject the idea of passive submission. In this process, they demonstrated intense power of organization and mobilization and started a set of actions and struggles for rights that, between victories and defeats, ended up rewriting another story.

*Keywords:* Social History of Labor; Salesman; Associativism.

*As lágrimas começaram a cair abundantemente dos olhos do ex-sineiro. Oh! Continuou ele; antes não desamparasse minha torre!! Que ganhei eu?! O estado miserável em que me acho?! Deixei o meu lugar de sineiro, e fui meter-me de caixeiro em uma taberna, e o que lucrei foi ser despedido a pontapés.<sup>2</sup>*

No conto *O Sineiro*, a vida do jovem Janjão se vê atravessada pelos presságios que lhe dita Clemência, visionária da localidade portuguesa de Belém. Incentivado pela advinha a seguir seu destino e ganhar o mundo, Janjão abandona seu ofício na Igreja de Sant'Anna, e, sozinho no mundo,

2 Trecho do conto "O Sineiro", publicado no jornal *Estrella do Amazonas*, nº 416. Manaus, 7 de dezembro de 1859.

atravessa o Atlântico em meio a sonhos de uma vida nova e promissora no Pará. De lá decide ir para a “Cidade de M...”<sup>3</sup>, ali atuando como *mercúrio*. O resultado, como se viu, foi uma vida de martírio, desencanto e decadência.

O conto é aqui retomado porque, ao informar as agruras do jovem caixeiro, nos permite dialogar com imagens consagradas nos estudos de história do trabalho em que a figura do caixeiro se vê positivamente idealizada e apartada do universo operário em função de uma pretensa diferenciação nas condições de vida e trabalho, entendidas como melhores e superiores aos da classe operária. Próximo aos patrões, com quem terminavam por formar laços de fidelidade, confiança e amizade, os caixeiros supostamente passariam por situações corriqueiras de mobilidade vertical, capazes de os transformar em donos de seus próprios negócios.

Exemplos de relacionamentos cordiais e mesmo fraternos entre caixeiros e seus patrões não faltam na documentação de época; assim como também é possível localizar trajetórias individuais de sucesso em que a atuação no ramo caixeiral lastreou a ascensão ao âmbito patronal. No entanto, tais exemplos, retirados sempre de trajetórias individuais em contextos específicos, acabaram por gerar representações positivadas do caixeiro, em detrimento de realidades diversificadas, complexas e conflitivas. Como frisou Artur José Vitorino, no jogo de representações forjadas pelos tipógrafos na Corte do Rio de Janeiro em meados do século XIX, o uso de sinais, símbolos e divisas foi mobilizado tanto para a valorização da profissão, como na associação do ofício ao legado de Gutenberg, quanto para, em contraposição, denunciar seu lado obscuro, traduzido, por exemplo, por meio de poesias que projetavam o ofício como um “desalento, algo obscuro, descrente, dolorido, obnubilante, desesperançoso, atormentado” (VITORINO, 2004, p. 188). Convém, todavia, pontuar que “aqui, a representação não aloja a presença do ‘real’ ou do significado... não é simplesmente um meio transparente de expressão de algum suposto referente... representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido” (SILVA, 2014, p. 91).

Seja como for, a força e vigor alcançados por aquelas representações acabaram sendo assimiladas pelos próprios caixeiros como uma espécie de autoimagem, embotando ainda mais uma complexa dimensão identitária e impactando suas ações no campo político e associativo. Nesse sentido,

3 Possível referência à Manaus.

convém lembrar que o pensamento social contemporâneo tem alertado para o fato de que a formação de identidades é sempre um processo lento e complexo, que ganha materialidade através de perspectiva relacional, onde se articulam outras noções, como as de igualdade e diferença. Identidades não emergem naturalmente, sendo antes construções historicamente determinadas, “num processo nunca completado, como algo sempre ‘em processo’”. (HALL, 2014, p. 106).

Com efeito, representações positivadas dos caixeiros foram sendo construídas ao longo da segunda metade do século XIX, atendendo a diversas necessidades e interesses, evidenciando a vantagem que trouxeram para o segmento patronal, já que a possibilidade de ascensão do caixeiro se viu vinculada a um conjunto de atitudes que acabavam por reforçar laços de dominação e subordinação, tais como trabalho morigerado, dedicação, fidelidade e obediência.<sup>4</sup>

É possível, portanto, supor que boa parte dos caixeiros tendeu a introjetar e incorporar esses valores, acreditando na premissa de sua “natural” ascensão social, mas foi sobretudo por meio do processo organizacional da categoria que tais visões seriam matizadas para acentuar a necessidade da mobilização e da luta. Este, portanto, o espaço maior da construção identitária e da emergência de uma cultura específica, que Cláudio Batalha designou de *cultura associativa*. Com efeito, voltando-se para o estudo das celebrações, costumes e normas que regulamentavam as associações operárias, Batalha defende (p. 97) que era por meio “dessas práticas e desses rituais que os membros das associações percebiam o mundo e a si mesmos”. Contudo, pondera o autor,

Se em muitos casos a cultura operária, como cultura de classe, caminha com a consciência de classe, esse acabou não sendo o caso nem no Rio de Janeiro, nem no Brasil. O mais próximo disso que se chegou foi a cultura associativa, que prevaleceu enquanto foi possível à classe operária criar e preservar suas instituições, à margem e à despeito do Estado (BATALHA, 2004, p. 115)

4 Trata-se, portanto, de assumir a “conduta honrada... impregnada do padrão ético-moral predominante na sociedade do período”, conforme asseverou Isabel Bilhão (2008, p. 244).

Partindo destes pressupostos, cabe agora compreender e problematizar os registros documentais que afloram na pesquisa sobre os caixeiros de Manaus entre finais do século XIX e início do XX, visando jogar luzes sobre o complexo processo de sua construção identitária e também sobre sua projeção no interior do processo associativo da categoria, configurando em Manaus uma cultura associativa entre os caixeiros.

Olhando para aquele contexto em particular, percebe-se, por exemplo, o peso que as cartas de recomendação passaram a adquirir, sendo, a um só tempo, objeto do desejo do caixeiro que saía em busca de outras colocações e moeda de troca para patrões que as expediam em retribuição às práticas de lealdade e submissão. Foi comum que tais registros alcançassem a imprensa, desde seu período inicial, em 1852, já que os primeiros jornais da Província do Amazonas deixaram uma dezena de registros em que patrões e empregados manifestavam mútua gratidão, como fizeram Luiz Antônio Braga & irmão elogiando as virtudes de seu empregado; ou o caixeiro Francisco Amorim Júnior, agradecido pela acolhida e atenção que recebeu de seu patrão.<sup>5</sup>

No entanto, tais registros eram contrapostos por um volume bem maior dos que sinalizavam o contrário, ou seja, a existência de fortes e permanentes tensões a opor caixeiros e patrões no ambiente de trabalho. Também foi possível acompanhar nos periódicos, situações em que o conflito acontecia quando patrões acusavam seus empregados de perpetrarem desfalques e roubos, fraudando os registros contábeis; ou quando os acusavam de assumir comportamentos inadequados, desde a recusa à realização de certos serviços, até a ameaças à integridade física de seus patrões.

Inversamente, e em maior número, estavam os registros em que caixeiros acusavam seus empregadores de cometerem maus tratos e ilegalidades. Neste último caso, por exemplo, estariam tanto a não implementação de uma sociedade verbalmente prometida ao longo de anos<sup>6</sup> como também situações fraudulentas em que patrões tentavam incriminar caixeiros por atos irregulares:

5 *Estrella do Amazonas*, nº 408 e 354. Manaus, 2 de novembro e 19 de fevereiro de 1859.

6 “Manoel Luiz Pereira, faz público que lhe foi negada pelo Sr. Francisco da Silva a sociedade que haviam tratado em 11 de maio de 1860, com a firma de Francisco Silva & Cia... E como não tivesse assinado o contrato da dita sociedade, aproveitou o Sr. Silva a evasiva para despedi-lo...”. *Estrella do Amazonas*, nº 530. Manaus, 20 de março de 1961.

Declaro eu abaixo assinado que não é verdade, eu ter comprado a taberna que administro como caixeiro dos Srs. Mesquita & Amorim; Julgo necessária essa declaração à bem da minha honra, visto que o sócio Amorim disse aos sócios Mesquitas, que me tinha feito esta venda, tornando-me assim sua manivela para fins que ignoro. Saibam os Srs. Mesquitas, e o público que sou Caixeiro e não dono deste estabelecimento.

Manaus, 25 de outubro de 1861.

João Pinto Ribeiro de Vasconcelos.<sup>7</sup>

As denúncias e queixas mais comuns, no entanto, eram as que se relacionavam aos maus tratos impingidos com frequência como forma de punição e subjugação. A violência no tratamento, além de provocar danos físicos, gerava um componente adicional de violência simbólica, já que, desta forma, muitos patrões acabavam nivelando seus empregados à condição de escravos. Esse comportamento tirânico já havia sido denunciado por Francisco Gomes de Amorim, importante literato português, em meados do século XIX, ao relembrar os anos de sua infância passados na Amazônia, que foram também de penúria e sofrimento, trabalhando como caixeiro de comerciantes portugueses. O autor jamais esqueceu seus patrões, para ele foram dois “patifes”, que o “tomaram para caixeiro fora da proteção das leis e das autoridades”, tornando-se assim, “por violência, árbitro dos meus destinos” (AMORIM, 1869, p. 314-315). Tudo isso lhe produzia a sensação de ser um escravo branco de seus patrícios. A narrativa de Gomes de Amorim vai ao encontro de uma dimensão também perceptível na documentação de época, onde um simples olhar sobre os “*precisa-se*” nos jornais da província, demonstra uma explícita preferência dos empregadores por caixeiros portugueses e de idade bastante reduzida, oscilando entre 12 a 16 anos: “Caixeiro – Precisa-se um de 12 a 14 anos de idade. Prefere-se português. A tratar à Rua dos Barés, nº 38. Botequim”.<sup>8</sup>

O trabalho infantil marcou sensivelmente a história do trabalho no Brasil ao longo do Império e das três primeiras décadas do período republicano,

<sup>7</sup> *Estrella do Amazonas*, nº 545. Manaus, 18 de maio de 1961.

<sup>8</sup> *Quo Vadis*, nº 262. Manaus, 15 de janeiro de 1904.

oportunizando tanto a ausência de uma legislação regulamentadora ou proibitiva quanto a vigência de uma mentalidade que via o trabalho como “um valor em si”, tornando “desejável que, desde cedo, os mais pobres aprendessem um ofício, se este fosse executado em um ambiente digno e honrado” (CAMPOS, 2009, p. 204)<sup>9</sup>. Na prática, isso não ocorria. Em Manaus, crianças exerciam “longas jornadas de trabalho em ambientes insalubres, realizando tarefas acima de suas compleições físicas, com riscos de acidentes permanentes, além de constantes maus-tratos. (PESSOA, 2015, p. 225).

O trabalho infantil, assim como o de jovens em transição para a vida adulta, podia ocorrer em diversas atividades laborais, sendo mais comum no interior de categorias específicas, como a dos caixeiros<sup>10</sup>. Seja como for, essa dimensão impactou negativamente o processo associativo da categoria, já que, em muitos casos, os menores tendiam a ficar submetidos ao abrigo e tutela de seus empregadores. No mesmo sentido ia a já percebida opção pelos trabalhadores portugueses. Assim como no Rio de Janeiro, os portugueses lideraram o processo de imigração estrangeira em Manaus, consolidando ali uma colônia expressiva, com impactos inequívocos nos mundos do trabalho, fosse do ponto de vista demográfico, fosse do ponto de vista da atuação sindical. Como destacou Sheldon Maram, o processo de interação entre estrangeiros e a classe operária brasileira era complexo:

O operariado brasileiro, marginalizado nas profissões subalternas e não qualificadas, não possuía uma tradição de classe na qual pudessem basear-se. Ressentia-se do sentido de superioridade cultural e até mesmo racial que o imigrante ostentava sobre ele. Por sua vez, os imigrantes militantes ressentiam-se dos brasileiros por estarem prestes a melhorar de vida substituindo-os durante as greves”. (MARAM, 1979, p. 30).

Por outro lado, ocorreram também processos de interação em que operários de origem estrangeira atuaram e colaboraram ao lado dos nacionais

9 A autora lembra ainda que uma legislação brasileira só definiria a menoridade em 1927, com a implementação do Código de Menores. (CAMPOS, 2009, p. 201).

10 Inexistem dados estatísticos seguros sobre a presença de menores entre os caixeiros. Em todo caso, a quantidade de anúncios neste sentido não é desprezível.

para o processo organizativo da classe operária brasileira, visando seu fortalecimento. No caso dos caixeiros, essa interação estabeleceu-se logo cedo, na segunda metade do século XIX:

No Rio de Janeiro, em particular, em função do peso da imigração lusitana, tais tentativas eram bastante antigas. Por exemplo, na renhida luta pelo descanso semanal remunerado, levada a cabo pelos caixeiros do Rio, despontaram como líderes os portugueses António Mathias Pinto Júnior e Victoriano José de Carvalho, com experiência sindical em seu país de origem, que agitaram a categoria através das páginas de *O Caixeiro*, em 1873. (LEONARDI; HARDMAN, 1991, p. 177).

Seja como for, o fato é que em Manaus a própria dinâmica urbana assumida pela cidade em seu processo de adequação como centro exportador de borracha, e a correlata atração de população estrangeira ou de outros estados do país, interferiu sensivelmente no processo de construção identitária dos caixeiros. Com efeito, na capital da recém-criada Província do Amazonas, cuja população não ultrapassava a marca dos cinco mil moradores ao longo da década de 1850, exigia-se dos empregados do comércio o registro legal na Junta Comercial da municipalidade, e as contratações e destituições de caixeiros requeriam a necessária publicização pelos órgãos de imprensa, resultando num controle bastante efetivo, que punia com pesadas multas as transgressões e inadequações às normas. Contudo, após 1880, as atividades comerciais no varejo expandiram-se numa miríade de formas e variedades, sendo o *comércio porta-a-porta* um dos que passou a ganhar maior densidade e visibilidade. Exatamente por essa densidade e visibilidade o comércio porta a porta passou a atrair pesada e sistemática oposição tanto por parte do segmento patronal, que o identificava como responsável por comprometer seus lucros, quanto por parte dos próprios trabalhadores que, num contexto de sensível retração dos empregos formais em que demissões eram corriqueiras, viam-se prejudicados pela concorrência de um número crescente de informais.

Em que pese o fato dos caixeiros endossarem parte da crítica que o patronato comercial estabelecia a essas “novas práticas” – associação com o contrabando, sonegação de impostos, qualidade inferior ou duvidosa dos produtos, dentre outros –, suas críticas voltaram-se principalmente para



o fato de que os vendedores porta a porta acabavam sendo identificados pela comunidade – e assim também se apresentavam – como caixeiros, ou mais especificamente, como *caixeiros vendedores*. Isso gerava, portanto, a necessidade de reconhecimento e de valorização da atividade caixeiral como uma prática segura e honesta, em especial por ser aquela que se desenvolvia associada formalmente às casas comerciais. Portanto, para os caixeiros, os trabalhadores que se lançavam a essas práticas comerciais informais não se enquadravam em sua categoria profissional, em que pese ela ser, desde cedo, crivada por segmentações e práticas que, inclusive, podiam incluir, num caso ou noutro, as vendas pelas ruas<sup>11</sup>. Seja como for, para os caixeiros, tais trabalhadores não poderiam ser associados nem aos *caixeiros de balcão*, nem mesmo aos *caixeiros de fora e viajantes*, já que em ambos os casos o vínculo formal às casas comerciais era o requisito identitário definidor.

Diante deste quadro adverso, já no início do século XX a luta caixeiral em Manaus passou a incorporar o imperativo de diferenciar o joio do trigo, o marujo do pirata, em sua construção identitária. As metáforas utilizadas sugerem que as práticas da venda nas portas das casas eram essencialmente desonestas e lesivas aos compradores, que muitas vezes se viam achincalhados, em especial quando o recurso do pagamento a prazo – alguns dias, uma semana, ou até mesmo um mês – submetia os compradores a cobranças agressivas, sistemáticas e, em geral, extorsivas.

De tempos a esta parte a nossa bela capital tem visto crescer de modo espantoso uma classe a que se tem dado impropriamente o nome de *caixeiros vendedores*.

Não contestamos que os possa haver neste caráter, e que os haja mesmo; e vai nisto uma das demonstrações do espírito de concorrência peculiar ao comércio de todas as grandes cidades. Não são os caixeiros vendedores, os verdadeiros, os de fato, o objetivo destas linhas.

Advogados dos interesses comerciais, assiste-nos, porém, o direito e o dever de pedir aos poderes competentes um pouco de atenção para os revendedores que por cá pululam, em perniciosas

11 Para Mário Santos (2009, p. 33), “caixeiros eram todos os empregados” do comércio, mas o termo esca-moteia a existência de uma hierarquia interna, que podia ser derivada de fatores como funções, jornadas e remunerações.

e desleal competência ao legítimo comércio.

Porque, em verdade, os vendedores que perambulam por estas ruas não são, em sua quase totalidade, empregados de casas comerciais. São ousados especuladores, rebeldes ao labor honrado, que negociam, em escala maior do que parece, sem pagar o menor imposto ao poder competente. (...) A nossa classe caixeiral é limpa, é honrada, é respeitável, é digna de todas as atenções. Não devemos, pois, consentir que a confunda com essa malta de aventureiros, com essas aves de arribação que por aí vivem às custas das maiores extorsões e à sombra de uma condescendência que não pode e não deve continuar.<sup>12</sup>

Vê-se aqui outra característica típica dos processos de construção identitárias, na medida em que, pelo intermédio do processo de diferenciação intrínseco àquelas construções<sup>13</sup>, os caixeiros podiam projetar um afastamento do *basfond* social, onde as autoridades públicas, a imprensa e outras instituições tendiam a localizar a imensa massa de trabalhadores, a que designavam de classes perigosas. Referindo-se ao operariado porto-alegrense, Isabel Bilhão sustenta que por meio de reivindicações de reconhecimento, os trabalhadores buscavam “se distinguir tanto dos ‘exploradores capitalistas’ e das ‘classes perigosas’, quanto da imagem construída pelo discurso dominante, que os associava ao vício, à preguiça e a indisciplina sempre que eles ameaçavam sair do controle e/ou reivindicavam melhores condições de vida e trabalho” (BILHÃO, 2008, p. 243).

Na construção de suas identidades, os caixeiros manauaras buscaram não apenas se afastar do “*trabalhador acaixeirado*” que buscava lhe tomar de empréstimo o prestígio e o respeito que haviam adquirido, como também do trabalhador comum, quase sempre associado aos populares, turbulentos e perigosos. Não sem razão, cedo os caixeiros aceitaram se enquadrar no interior de rótulos identitários mais amplos, como o de *empregados do comércio*, recusando as denominações de *trabalhadores* ou *operários* do comércio. Não se trata, obviamente, de uma simples questão de nomenclatura, já que no contexto amazonense tais termos podiam funcionar

12 *Jornal do Comércio*, nº 911. Manaus, 9 de janeiro de 1907.

13 É importante lembrar que “a identificação é também um fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras”. (BAUMAN, 2005, p. 44).

como sinônimos para designar os integrantes de diversas categorias profissionais, inclusive à dos operários das empresas concessionárias dos serviços públicos. Dessa perspectiva, recusar o enquadramento enquanto *operário* ou *trabalhador* poderia significar uma resistência ante o que identificavam como desqualificador do ofício, podendo implicar, inclusive, em perda de *status* social.

Em outras palavras, a perspectiva assumida pelos representantes dos empregados do comércio em Manaus no início do século XX era a de que “o caixeiro de hoje” seria, com disciplina e trabalho morigerado, o “patrão de amanhã”<sup>14</sup>. A metáfora “proletários de casaca”, recuperada por Fabiane Popinigis (2007, p. 27) a partir de um jornal carioca do início do século XX, expressa com clareza essa perspectiva. Assim, recuperando elementos da própria fala caixeiral, Popinigis salienta a “situação ambígua” dos caixeiros no Rio de Janeiro em meados do século XIX, esclarecendo que “a posição hierárquica que muitos ocupavam em seu pequeno mundo os envaidecia e podia, aos olhos de alguns, dar-lhes um relativo *status* de “futuros proprietários”. (Idem, p. 36).

O certo é que essas imagens idealizadas do caixeiro escorriam para o seio social como um tipo especial de trabalhador privilegiado e de condição transitória, que fatalmente resultariam em sua ascensão social e o transformariam em patrão. Assim, respondendo aos que o acusavam de ser rico e ter, inclusive, adquirido um palacete na cidade, o comerciante J. Nogueira, que fora caixeiro no Ceará, recorreu à ironia em sua defesa:

Todas as pessoas andam sequiosas de saberem os meios pelos quais consegui construir um palacete no valor de 80.000\$ nos tempos em que os materiais de construção eram caríssimos, e eu ganhava apenas 600.000\$ mensais e estava no Amazonas há pouco mais de um ano.

Para arrancar de vez a peçonha das víboras e quebrar os dentes dos meus desafetos, vou de vez esmagar a calúnia, a fim de fazerem ruirem essas maledicências e torpezas.

Consegui com o grande crédito que trouxe como comerciante de Fortaleza, onde eu era caixeiro de uma livraria, na rua Formosa, levantar um empréstimo de 30.000\$000 no London Bank. Logo

14 *Tribuna do Caixeiro*, nº 6. Manaus, 24 de maio de 1908.

que cheguei contratei as escrituras das casas comerciais seguintes: Mão Leve & Cia, por 1.500\$ mensais; Unha de Gato & Irmão, idem; Raposa & Filhos, idem; Apólices New York & Sons, idem; E outras importantes firmas. Com tão belos rendimentos e atendendo-se ao meu viver modesto, podia construir até quatro palácios.<sup>15</sup>

Ironias à parte, é preciso ressaltar que embora a assimilação dessas imagens gerasse algum *status* aos caixeiros, ao fim e ao cabo, elas também implicaram em prejuízo para o processo associativo da categoria e para o entabular de suas demandas e movimentos reivindicatórios. Não sem razão, ainda no século XX, as lideranças caixeirais amazonenses assumiram a tarefa da desmontagem dessas representações, se não pela negação direta desse *status* privilegiado do caixeiro, ao menos, como se verá adiante, pela minuciosa descrição do quadro opressivo em que vivia a imensa maioria desses trabalhadores. Um dos primeiros e principais argumentos articulados neste sentido buscou identificá-los como sujeitos privados daquele que seria o bem mais precioso de qualquer indivíduo, a liberdade. Ao assim proceder, as lideranças caixeirais nada mais faziam do que denunciar algo que consideravam inadmissível naquele novo momento pelo qual o país passava no pós-abolição: “Somos ainda considerados nessa terra, em maioria, verdadeiros maçamos dos tempos pré-históricos, verdadeiros escravos do trabalho vexatório que nos amofina e embrutece”.<sup>16</sup>

Seguindo nesse diapasão, as queixas denunciavam o cotidiano do trabalho no comércio como tirânico, tanto pela imposição de jornadas excessivas quanto pelo fato de, em muitos casos, os patrões se relacionarem com seus empregados de forma autoritária e violenta, infligindo maus-tratos de toda ordem. Desta forma, em um de seus muitos artigos de denúncia, os colaboradores do *Tribuna do Caixeiro* lembravam aos seus leitores que em Manaus “o empregado trabalha 12 a 15 horas diárias”, tendo como agravante fazê-lo em um clima “depauperante e definhador” que, por ser “fatigante e doloroso... atrofia o espírito e aniquila o corpo”. O artigo termina com a constatação de que o caixeiro não era valorizado

15 *Correio do Norte*, nº 7. Manaus, 30 de agosto de 1909.

16 *Tribuna do Caixeiro*, nº 9. Manaus, 14 junho de 1908.

por seus patrões, já que estes tendiam a tratá-los como um trabalhador comum, um simples proletário: “existem patrões, e pesa-nos dizê-lo, que não dispensam a esses empregados a mínima consideração, nivelando-os a um carroceiro ou coisa parecida!”<sup>17</sup>. Em outra publicação, essa comparação depreciativa ganhou ainda mais radicalidade:

Que vale o Caixeiro amazonense, na opinião de alguns comerciantes?

Nada. Menos que o cão leproso, que batido pela fome, lhe penetra em casa – no olhar mortiço suplicando um osso –, porque ao menos este consegue, algumas vezes, inspirar-lhe compaixão, enquanto aquele que vai dedicando o melhor da sua mocidade à prosperidade do seu capital, nem isso lhe merece, nem essa compaixão inspira!

Triste, simplesmente triste a sorte do caixeiro amazonense!<sup>18</sup>

Operada pelos discursos de suas lideranças, a reconfiguração da identificação do caixeiro com o escravo fazia-se exatamente no instante em que o regime republicano buscava se consolidar, apresentando-se como novo e progressista em detrimento do arcaísmo, identificado com o passado escravista acobertado secularmente pelo regime monárquico (POPINIGIS, 2016, p. 642-666). Desta forma, a condição social do caixeiro, extrapolando os limites de uma simples relação entre capital e trabalho, passava a ser poderosa e insistentemente manipulada por suas lideranças como uma marca daquele passado que se pretendia superar. Apresentada às autoridades republicanas nesses termos, a questão ganhava a relevância necessária para a tomada de decisões favoráveis à categoria.

Conforme demonstrou Fabiane Popinigis (2016, p. 649) a partir do contexto carioca, seria um equívoco atribuir aos caixeiros um comportamento político omissivo como derivativo de suas ambiguidades identitárias. Bem ao contrário, “o movimento caixeiral integrou-se ao processo mais amplo de engajamento político nas lutas sociais, como o abolicionismo, o republicanismo e o movimento operário. O teatro e a imprensa, além da

17 *Tribuna do Caixeiro*, nº 12. Manaus, 5 de julho de 1908.

18 *Tribuna do Caixeiro*, nº 11. Manaus, 28 de junho de 1908.

comunicação direta com a Câmara, através de cartas e petições, constituíram amplos canais de debate e reivindicação desses trabalhadores aos poderes públicos por direitos e cidadania”.

O mesmo processo se verificou em Manaus, numa correspondência temporal com processos similares que se espalhavam pelo país. Não se trata de mera coincidência ou processo de simples derivação, a copiar o que se passava em contextos mais dinâmicos e desenvolvidos. O que então se estabelece é uma uniformização das demandas e das lutas dos caixeiros numa escala supralocal que oportuniza as redes formais e informais que foram se estabelecendo, seja pelo deslocamento multidirecional de trabalhadores e suas experiências, seja pela prática corrente da permuta de exemplares da imprensa operária, seja ainda pelas informações que chegavam do mundo todo às redações dos jornais da grande imprensa e que dali eram repassados à população letrada.

Com efeito, o Amazonas também vivenciou na segunda metade do século XIX uma expansão do periodismo, vindo nascer mais de trezentos títulos entre 1851, ano do nascimento da Imprensa na província recém-criada, até 1908, data do centenário da imprensa no Brasil (FARIA E SOUZA, 1908). Artesanal, fragmentária, efêmera e com poucos títulos até o início da década de 1880, essa imprensa trazia ainda a marca do jornalismo áulico, com forte dependência financeira dos poderes provinciais (FREIRE, 1990, p. 13-14). Com a expansão da economia extrativa da borracha, pujante a partir de 1880, essa imprensa cresce exponencialmente e se diversifica, em paralelo com a forte expansão urbana, a migração de trabalhadores nacionais e estrangeiros e também a ampliação dos investimentos nos processos de escolarização (PINHEIRO, 2015, p. 73). O ano de 1890 marca na cidade o surgimento da imprensa operária, sendo seu primeiro título, *O Restaurador*, como se verá, um órgão do segmento caixeiral (Idem, p. 168). Os caixeiros produziram ainda outros nessa imprensa que se expande até 1920. Em conjunto, constituem peças fundamentais para a elucidação das questões centrais que este artigo levanta.

Uma dessas questões é o processo associativo levado a cabo pelos empregados do comércio na Manaus da virada do século XIX para o XX. Tanto a imprensa operária quanto a chamada grande imprensa deram visibilidade a esse movimento, que animou não apenas os caixeiros, como diversas outras categorias, sendo, portanto, peça-chave para o acompanhamento da lenta construção da já mencionada cultura associativa de que nos fala Cláudio Batalha (2004). A imprensa também colaborava para o fortalecimento do

processo associativo ao divulgar notícias que, vindas de diversas partes do globo, acabavam por inspirar e animar os trabalhadores amazonenses:

Paris

Os caixeiros da mercearia reclamam a seus patrões: 1º) O dia de trabalho reduzido a 12 horas, compreendidas 2 horas para refeições; 2º) Dois dias de descanso por mês, sem perda de salário; 3º) Recrutamento dos caixeiros no seu sindicato, para acabarem os agentes intermediários; 4º) Suspensão absoluta de multas.

Como os patrões recusassem aquiescer aos desejos, quase imposição, dos seus empregados, estes resolveram a Greve Geral desde 22 do mês corrente.<sup>19</sup>

Madri,

O Conselho de Ministros tratou do descanso nos domingos para os empregados do Comércio.<sup>20</sup>

Rio de Janeiro

A Associação dos empregados do comércio do Rio de Janeiro admitiu para sócias muitas moças empregadas em vários estabelecimentos. E agora, por ocasião da renovação da diretoria, muitas dessas sócias resolveram ser candidatas, no número das quais figurou em destaque madame Ondica do Amaral Brandão, da Casa de Modas Nascimento.<sup>21</sup>

Em meados de 1908, uma liderança caixeiral amazonense reconheceria o papel dessas influências externas como motivadoras do ideal associativo em Manaus, lembrando um “exemplo palpitante” que “saltara aos nossos olhos, a modo de uma sensação tremenda: a Fênix Caixeiral do Ceará”. E concluía dizendo que, por isso, “não podíamos ficar inertes, simplesmente a contemplar essa obra grandiosa”.<sup>22</sup>

Seja como for, e partindo da constatação de que na virada para o

19 *Comércio do Amazonas*, nº 389. Manaus, 4 de fevereiro de 1899.

20 *Quo Vadis*, nº 159. Manaus, 29 de maio de 1903.

21 *Jornal do Comércio*, nº 4573. Manaus, 17 de janeiro de 1917.

22 *Tribuna do Caixeiro*, nº 3. Manaus, 3 de maio de 1908.

século XX a configuração e expansão da capital amazonense atendia aos imperativos da comercialização da borracha, sendo nela, o setor comercial o maior e mais dinâmico, resulta normal que ali os caixeiros tenham sido uma das primeiras categorias socioprofissionais a iniciar o processo organizativo, fundando associações e mobilizando-se por meio do propagandismo ancorado na veiculação de periódicos.

Um primeiro impulso associativo entre os caixeiros amazonenses ocorreu ainda no Império, em 1881, momento em que se articulou uma reunião para tratar da organização da *Sociedade da Classe Caixeiral*. A pequena nota veiculada na imprensa informava que já se havia, inclusive, sido eleita uma comissão para dar encaminhamento àquela organização<sup>23</sup>, sendo ela composta por cinco integrantes – Manoel Francisco de Azevedo Júnior, Antônio Lucas de Souza, Ernesto Batista Vieira, João Miranda e Joaquim Rodrigues da Costa<sup>24</sup> –, ao que parece mesclando caixeiros e pequenos comerciantes.

Manifestações mais expressivas aparecem em 1890, num momento de fortes agitações políticas e sociais que reverberavam no Amazonas o advento da República<sup>25</sup>. Enquanto as lides republicanas lançavam-se a intensas disputas por cargos e postos na administração estadual e municipal, segmentos médios urbanos e da própria classe trabalhadora animavam-se em expectativas de que o novo regime trouxesse significativas mudanças sociais. Os tipógrafos amazonenses, por exemplo, lançaram o jornal *Gutenberg* em 15 de novembro de 1891, em homenagem aos dois anos do novo regime, embora já no ano seguinte, mostrassem seu total desencanto e afastamento frente à opção conservadora adotada pelos governos republicanos. (PINHEIRO, 2014). Em paralelo, emergiram também posições contestatórias e refratárias à nova ordem e alinhadas com a reação monarquista que se fez presente no Amazonas até os anos iniciais do século XX. Foi principalmente por intermédio da imprensa que os caixeiros fizeram suas intervenções, circulando no dia 22 de junho de 1890 o periódico *O Restaurador*, que

23 *Amazonas*, nº 604. Manaus, 27 de julho de 1881.

24 Há pouca informação sobre eles: Manoel Azevedo Júnior era proprietário da Farmácia Lemos e em 1886 foi eleito vereador. *Jornal do Amazonas*, nº 1251. Manaus, 25 de julho de 1886; Joaquim Costa era caixeiro em 1881 e em 1886 atuava como despachante da alfândega em Manaus. *Jornal do Amazonas*, nº 1310. Manaus, 14 de dezembro de 1886.

25 Não figuraram, neste momento, grandes manifestações relacionadas ao abolicionismo, pois o processo formal de abolição da escravidão no Amazonas, assim como no Ceará, ocorreu precocemente, em 1884. (POZZA NETO, 2011).



trazia um inequívoco pendor monarquista. Apresentando-se como “órgão da classe caixeiral”, era assinado por dois redatores, J. H. de Souza e A. J. Ferreira da Silva, ambos de origem portuguesa.<sup>26</sup>

A leitura do periódico deixa claro que já havia mobilização anterior dos caixeiros na cidade e que estes haviam, inclusive, encaminhado petição aos representantes da municipalidade no sentido de que lhes fosse concedido o descanso dominical, já estabelecido para os demais trabalhadores. Foi, portanto, no contexto das lutas em prol do descanso semanal remunerado, de resto já assumido, no plano nacional e internacional pelas organizações operárias como pauta reivindicatória, que os caixeiros amazonenses iniciam suas mobilizações e lutas por direitos, fazendo da imprensa operária um vigoroso instrumento da propaganda de seus ideais. Por outro lado, em que pese a importância do propagandismo doutrinário para a mobilização e organização dos trabalhadores em torno de certos valores e ideais, é preciso reconhecer que essa mobilização inicial não resultou, ao menos para os caixeiros, na efetivação de um processo associativo que fosse específico dos trabalhadores. Bem ao contrário, o que surgiu foi a consolidação de uma instituição interclassista – a *Associação Comércio e Indústria* – que passou a projetar-se como defensora dos interesses de patrões e empregados, embora se mantivesse sob o controle dos primeiros ao longo de toda sua existência.

Uma associação específica dos trabalhadores do comércio só surgiu no Amazonas em 1º de agosto de 1898, quando foi instalada a *Associação dos Empregados do Comércio Amazonense*, elegendo no início de agosto uma diretoria provisória, que foi composta por Leonel da Motta, na condição de presidente, tendo como secretário e tesoureiro Lourenço Valle e como 2º secretário, Carlos Alcantarina, a quem coube também organizar os estatutos. Singrando os caminhos do mutualismo<sup>27</sup>, tinha por objetivo, “difundir a instrução entre seus associados e prestar-lhes todo e qualquer auxílio quando doentes, ou quando tiverem necessidade de colocação no comércio

26 *O Restaurador* foi o primeiro jornal operário a circular no Amazonas, Tirando apenas seis números, foi substituído em agosto do mesmo ano pelo *O Imparcial*, cujo subtítulo indicava ser “órgão da Associação Comércio e Indústria”. (PINHEIRO, 2014).

27 De acordo com Cláudia Viscardi e Ronaldo de Jesus (2007, p. 25), as mutuais eram associações leigas que “funcionavam como organizações cooperativas, marcadas pelos laços horizontais de solidariedade”.

desta praça”<sup>28</sup>. A instalação ocorreu em 12 de outubro de 1898, em sessão solene que contou com a presença do Governador Ramalho Júnior e do ex-Governador Eduardo Ribeiro, além de representantes de outras associações da cidade<sup>29</sup>. Em fins de fevereiro do ano seguinte, os estatutos ainda não haviam sido aprovados, o que se esperava fazer em breve, conclamando-se os associados a quitarem suas mensalidades para que assim pudessem participar daquela discussão.<sup>30</sup>

Há pouca informação sobre a associação, e seu desaparecimento na documentação do período parece indicar que foi efêmera, sendo este um traço comum dentre as agremiações operárias que começaram a surgir em Manaus naquele final de século XIX. Não era uma característica incomum. Na verdade, materializou-se em muitas regiões do país, senão nele todo. Aldrin Castellucci (2014, p. 57) a registrou em Salvador, assim como Oswaldo Maciel (2014, p. 139) em Maceió. Seja como for, a efemeridade parece também ter sido o caminho de outra associação dos caixeiros, fundada em 23 de junho de 1900. Trata-se do *Club Recreativo da Mocidade*, que tinha finalidades instrutivas, recreativas e beneficentes, sendo dirigida por Amaro Rosa (presidente), João Zeferino (secretário) e Antônio Moreira de Souza (tesoureiro).<sup>31</sup>

Apenas em 11 de novembro de 1906, em meio a incertezas e desafios, o processo associativo conseguiu se estruturar de forma mais eficaz e duradoura, com a criação da *Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas*. No ato da criação escolheu-se uma Junta Provisória encarregada de elaborar os estatutos, filiar os associados e organizar o processo de escolha da primeira direção. Esta tomou posse em 3 de maio de 1907, em solenidade prestigiada por lideranças políticas, pelo segmento patronal e pela imprensa<sup>32</sup>. Na ocasião, Raymundo Alves Tribuzzi, empossado como

28 *Comércio do Amazonas*, nº 248. Manaus, 3 de agosto de 1898. A reunião de criação foi conduzida por Lourenço Valle, que na ocasião atuava em Manaus como Despachante Geral da Alfândega. Já o português Leonel da Motta, fazia parte da maçonaria e atuava como procurador de firmas comerciais estabelecidas em Manaus e após 1900 passou a ser descrito na imprensa como “cavalheiro distinto e experimentado” e “conceituado comerciante” da cidade.

29 *A Federação*, nº 225. Manaus, 14 de outubro de 1898.

30 *Comércio do Amazonas*, nº 406. Manaus, 28 de fevereiro de 1899. O mesmo periódico noticiará, em sua edição de 23 de agosto daquele ano, ter recebido uma cópia dos estatutos daquela associação.

31 *Diário Oficial*, nº 1926. Manaus, 1º de agosto de 1900.

32 *Jornal do Comércio*, nº 963. Manaus, 4 de março de 1907. Além de Raymundo Tribuzzi, na presidência da Assembleia Geral, compuseram a primeira direção da associação Salvador Bráulio, presidente; Francisco de Assis de Souza Guimarães, secretário; Ascânio Saraiva, 1º secretário; Anthero de Sá, 2º secretário; José Jorge Vieira, orador oficial; Salvador Montenegro, tesoureiro e Cavalcanti Mello, advogado.

presidente da Assembleia Geral, proferiu discurso em que defendia tanto o associativismo quanto o socialismo como inexoráveis: “O homem, dia a dia se manifesta mais sociável, por isso mesmo que toma a cada passo o compromisso de se por ao serviço dos seus semelhantes, e a sacrificar o seu bem estar pelo bem estar da coletividade. A exuberância dessa manifestação está palpitante no seio das nações mais civilizadas, onde o socialismo dá os traços da futura era”<sup>33</sup>. Como referências ao socialismo não eram comuns entre as mutuais, que tendiam a rechaçar o que consideravam “doutrinas perturbadoras da ordem e organização social” (DE LUCA, 1990, p. 83), é possível pensar, apenas enquanto hipótese, em dois caminhos, sendo o primeiro deles o de que o presidente da nova associação dos caixeiros tenha feito tão somente um uso genérico do termo, fato bastante comum no período. O segundo caminho é o de que seu discurso expressasse de alguma forma a influência do debate sobre o associativismo operário que havia se colocado com certa ênfase na cidade desde o ano anterior, 1905, pelo Centro Operário em Manaus, então animado pelos socialistas Alfredo Vasconcelos Lins e Manoel Madruga (PINHEIRO, 2020). Seja como for, ambas as hipóteses carecem ainda de mais informações.

Outro ponto a ser destacado no âmbito deste quarto momento associativo dos caixeiros amazonenses tinha a ver com a já mencionada presença de portugueses no interior da categoria e de seu corpo diretivo, o que poderia ser um elemento problemático e, em certo sentido, desagregador, em especial quando as conjunturas econômicas entravam em ciclos depressivos, como o que começava a se materializar no Amazonas. É compreensivo, portanto, que discursos fossem feitos no sentido de reforçar a ideia do internacionalismo entre os trabalhadores, como fez o orador da associação:

Nesse colosso que se chama Amazonas, nessa bela Manaus, a cidade cosmopolita por excelência, nós todos que viemos rumorejar pela vida, devemos confessar uma coisa: que não temos nacionalidade; que a nossa pátria é comum e é aquela em que vivemos bem. (...)

Não temos barreira porque o progresso não as conhece, quando as encontra supera, vence todos os obstáculos.

33 *Apud. Jornal do Comércio*, nº 965. Manaus, 5 de março de 1907.

Não há fronteiras entre nós porque o laço que nos une, que nos congrega não é de simples bairrismo, não distinguimos nacionalidade, porque o coração palpita, acorda-se em todos os tempos, em todas as idades, não conhece embaraços quando ousa, sente e quer.

E nós queremos viver aqui, formar a grandeza dessa prodigiosa zona, precisamos emancipar-nos de todas as tutelas, construir nossa independência.<sup>34</sup>

Ao contrário das três tentativas anteriores, a Associação dos Empregados do Comércio no Amazonas se consolidou e se manteve ativa até finais da década de 1920, liderando os diversos processos reivindicatórios entabulados pelos caixeiros. Um elemento importante para essa consolidação foi a manutenção de um intenso processo de informação e propaganda assentado na publicação de um jornal próprio, idealizado, produzido e destinado à categoria: o *Tribuna do Caixeiro*. Vindo à luz em 21 de abril de 1908, o jornal se manteve ativo até 11 de novembro do ano seguinte, trazendo um conjunto significativo de registros acerca do processo de organização, mobilização e luta da categoria. Somados a outros registros, os periódicos permitem perceber os dilemas e ambiguidades que perpassaram o processo associativo. Numa visão geral de seu conteúdo foi possível destacar três pontos centrais que estiveram presentes nos discursos das lideranças caixeirais na virada para o século XX, estruturando suas mobilizações:

1. O processo associativo e a instrução como essenciais para a conquista de direitos e emancipação do caixeiro;
2. A perspectiva interclassista, a negociação e mediação como estratégias centrais da luta;
3. A redução da jornada de trabalho como demanda prioritária e aglutinadora do movimento.

O primeiro dos três pontos significou uma guinada importante para o segmento caixeiral, já que oportunizou o avanço das teorias sociais

<sup>34</sup> *Jornal do Comércio*, nº 964. Manaus, 5 de março de 1907.

que valorizavam a organização dos trabalhadores como condição para sua emancipação e para a transformação social. Isso significava encapar o ideal da ação coletiva em detrimento do enfrentamento individual com o patronato. Não sem motivos, portanto, dísticos como “a união faz a força”, “um por todos, todos por um” e, claro, no âmbito das ideias revolucionárias, o bordão de Marx e Engels, “proletários do mundo todo, uni-vos!”, entranharam-se pelos discursos operários. De qualquer forma, o processo associativo mostrava-se uma tarefa árdua e desgastante, que passava por enfrentar um conjunto de barreiras de difícil transposição, como a desinformação e o analfabetismo que grassavam em parte significativa da população, embora entre os caixeiros este último fosse sensivelmente menor.

Ligada à desinformação, estava também a descrença de boa parte dos trabalhadores ante sua própria capacidade de ação transformadora. Como dirá posteriormente Cursino Gama, uma das mais expressivas lideranças operárias amazonenses, “nossos camaradas, em sua maioria, ainda não compreendem o seu próprio valor, pela falta de instrução. Infelizmente!”<sup>35</sup>. Havia ainda o medo de represálias por parte de um patronato que, recém-saído do sistema escravista, relutava em mudar seu comportamento diante de seus empregados, e, em mais de uma oportunidade, o *Tribuna do Caixeiro* denunciou que em Manaus muitos caixeiros recusavam associar-se em função do “receio deplorável de cair em desgraça para com seu patrão, a ponto de evitarem que o encarregado da cobrança da Associação se dirija a casa onde trabalham”<sup>36</sup>. A par com o medo do trabalhador, seguiram práticas autoritárias de um patronato que não hesitava em confrontar os processos de organização dos trabalhadores: “A paternidade ridícula que algumas casas comerciais assumem sobre seus empregados, não permitindo que eles têm uma ampla liberdade em suas ações, dá-lhes a qualidade de irresponsáveis perante si mesmos e perante os seus próprios patrões”<sup>37</sup>.

A referência à vigência de uma postura paternal derivava da prática secular, no ramo caixeiral, do emprego de menores nos estabelecimentos comerciais, tendo sido comum que crianças de até oito anos de idade, vindas de famílias pobres fossem entregues aos cuidados de comerciantes sob a condição destes as alimentarem, vestirem e educarem, introduzindo-as no

35 *O Primeiro de Maio*, nº 1. Manaus, 1º de maio de 1928.

36 *Tribuna do Caixeiro*, nº 9. Manaus, 14 de junho de 1908.

37 *Tribuna do Caixeiro*, nº 9. Manaus, 14 de junho de 1908.

ofício. Além dos tutelados não se constituírem em alvos do movimento associativo, o jornal denunciava que, em muitas ocasiões, os patrões tentaram estender essa tutoria aos demais trabalhadores.

O medo e o autoritarismo acabavam por escamotear um entrave ainda maior ao associativismo caixeiral que, na visão se suas lideranças, era identificado na falta de consciência e no desinteresse que muitos empregados manifestavam. Para as lideranças caixeirais era grande o “número de empregados no comércio que, esquecendo-se dos mais elementares princípios do dever social, permanecem numa indiferença condenável”<sup>38</sup>, e o problema associativo se agudizava na medida em que aos *indiferentes*, somavam-se os *transviados*, aqueles que, tendo se associado, não cumpriam com seus deveres de sócio – notadamente o pagamento das joias e das mensalidades – e, portanto, terminavam sendo excluídos da associação. “A Associação dos Empregados no Comércio, atualmente vê-se na obrigação de cancelar por falta de pagamento um número bem crescido de sócios relapsos de seu quadro, depois, certamente, de esgotar todas as medidas de tolerância necessárias para fazê-los cumprir o seu dever”.<sup>39</sup>

Para as lideranças operárias havia uma solução para o problema da inconsciência e do descaso, embora esta fosse de longo prazo e demandasse esforços e recursos significativos: a instrução, já que, em seus termos, “a educação esclarece o espírito, orientando-nos e abroquelando-nos para resistir às lutas da vida”. No entanto, dizem elas, não se trata de reivindicar o acesso a uma educação comum; ela há que ser diferenciada, ser “uma educação que nos apresente a verdade”<sup>40</sup>; e só os próprios caixeiros, em função de seus interesses legítimos, poderiam defini-la e estabelecê-la. A centralidade da instrução nos discursos das lideranças era atestada pelas medidas adotadas desde a criação da Associação. Coube a ela a oferta gratuita de aulas noturnas para seus sócios, o que foi feito por meio da formulação de cursos com matérias distintas, como português, inglês, aritmética, técnicas comerciais e escrituração mercantil. Embora as aulas ministradas pela Associação não tivessem alcançado em termos quantitativos o público esperado, elas acabaram funcionando como um atrativo ao processo associativo e contribuíram também para minorar a resistência patronal, facilitando ainda

38 *Tribuna do Caixeiro*, nº 1. Manaus, 21 de abril de 1908.

39 *Tribuna do Caixeiro*, nº 20. Manaus, 30 de agosto de 1908.

40 *Tribuna do Caixeiro*, nº 8. Manaus, 7 de junho de 1908.

o encaminhamento de importantes demandas da categoria. Além do mais, a ênfase na instrução angariou apoios importantes entre as elites, incluindo-se aí o da Associação Comercial do Amazonas, a mais importante agremiação patronal do estado. Em tais condições, em pouco tempo o movimento pela instrução dos caixeiros conseguiu angariar conquistas importantes, como a criação, por parte da municipalidade, de uma “Escola do Comércio”.<sup>41</sup>

A forma como a Associação conseguiu implementar em Manaus uma de suas demandas mais importantes – o acesso gratuito de seus associados à escola e à formação profissional – pode ser tomada como exemplificadora do *modus operandi* empregado pela categoria nas diversas lutas que travou ao longo de sua existência, o que remete ao segundo ponto nodal acima indicado, o de sua dimensão interclassista. Com efeito, em que pese o fato de as demandas dos caixeiros terem que passar pelo enfrentamento com o patronato, a associação não os via como inimigos, mas como aliados potenciais de uma luta comum. Desde o início de seu processo organizativo, ainda no século XIX, as entidades caixeirais preconizavam a colaboração e o respeito mútuo, defendendo que “entre patrões e caixeiros existe a conveniência de reciprocidade de interesses, que devem ser mutuamente respeitados”.<sup>42</sup> Assim, não se tratava de enfrentar o patronato em seu conjunto, mas de, reconhecendo distinções em seu interior, enfrentar os que se mostravam mais recalcitrantes. Daí a recorrência da tarefa de identificação feita pelo *Tribuna do Caixeiro*: “somos... informados de que comerciantes há em Manaus que, completamente destituídos dos verdadeiros sentimentos de equidade e justiça, dão largas a manifestações hostis à causa que patrocinamos”.<sup>43</sup>

Como mencionado, o socialismo guardou pouca relação com as práticas políticas dos caixeiros, e em mais de uma oportunidade suas lideranças mostraram-se contrárias ao que definiam como sendo posições perigosas e radicais: “Nós sabemos perfeitamente quais as coisas desagradáveis que nos poderão ferir gravemente: são o jacobinismo, a política, as pretensões descabidas de elementos associativos entre os corpos dirigentes e fora deles, e muitas outras dessas fontes prejudiciais e dissolventes, que a prática nos tem ensinado”<sup>44</sup>. Em oposição à ação direta, preconizavam seu caráter pacífico e

41 Lei Municipal nº 578, de 25 de novembro de 1910.

42 *O Restaurador*, nº 1. Manaus, 22 de junho de 1890.

43 *Tribuna do Caixeiro*, nº 7. Manaus, 31 de maio de 1808.

44 *Tribuna do Caixeiro*, nº 3. Manaus, 3 de maio de 1908.

ordeiro, vangloriando-se de, em suas conquistas, não empunharem “outra arma que não seja a da persuasão”<sup>45</sup>. Como era de se esperar, tais posições causavam incômodo entre setores do movimento operário amazonense que se pautavam por perspectivas revolucionárias. Assim, tomando por base um relatório apresentado pela Associação dos Empregados do Comércio do Amazonas, o jornal anarquista *A Lucta Social*, após manifestar satisfação pelo fato daquela associação ter colocado em funcionamento uma biblioteca com 5.000 volumes e possuir uma escola profissional, aproveitou a ocasião para externar seu desacordo:

Um caso, porém, é ali, contrário ao nosso modo de ver; é a necessidade da criação de um advogado, para pleitear em juízo, em caso de necessidade, os seus direitos. Na nossa opinião, e esta é a opinião da maioria do operariado organizado em todo o mundo, não devemos confiar a outros o que só a nós compete fazer. Isto é abdicar de nós mesmos. Num opúsculo de Griffueilhes, “*Le Action Syndicaliste*”, aparece-nos, um caso ocorrido na classe caixeiral da França, que serve de exemplo a apresentar, aos seus camaradas daqui. Faziam eles certas reclamações, pelas vias legais e pacíficas, servindo-se dos *Conseillers Prudhoms*, pois, só conseguiram a satisfação dos seus desejos quando, pela ação direta, fizeram as suas imposições.<sup>46</sup>

O recurso à justiça fazia todo sentido dentro das estratégias de luta adotada pelos caixeiros, já que em paralelo às posições interclassistas que tendiam a relativizar os enfrentamentos com o patronato, o movimento caixeiral recusava a ação direta e o conflito, valorizando a negociação e a mediação nas suas lutas por direitos. Para tanto, impunha-se a construção e manutenção de vínculos de proximidade e de solidariedade com segmentos estratégicos da sociedade amazonense, como o setor político (municipal e estadual), a imprensa e parte do patronato local.

Numa cidade que em 1910 chegou a contar com aproximadamente 5.000 caixeiros, no interior de uma população total de aproximadamente

45 *Tribuna do Caixeiro*, nº 6. Manaus, 24 de maio de 1908.

46 *A Lucta Social*, nº 4. Manaus, 1º de setembro de 1914.



60.000 habitantes, a Associação dos Empregados do Comércio tinha clareza de seu poder de barganha junto ao núcleo político, em especial em anos eleitorais, daí a recorrência de autoridades públicas em eventos e assembleias de suas associações, em especial, nas ocasiões em que novas diretorias tomavam posse. Além do mais, os discursos ponderados das lideranças colhiam apoios importantes num largo espectro da imprensa, e em especial no *Jornal do Comércio*, o de maior circulação e mais popular dos grandes diários da cidade. Mais difícil foi o diálogo com os patrões; e, dentre eles, com os mais organizados em torno da Associação Comercial. Mas mesmo ali era possível colher algum apoio, embora a ACA tendesse a divergir em pontos que lhe eram mais sensíveis, como a jornada de oito horas.

O terceiro e último ponto percebido nos discursos e ações do movimento dos caixeiros tratava da redução da jornada e do descanso semanal, expressando o desejo, desde cedo acaalentado, de estabelecer limites a uma jornada de trabalho tida como excessiva e extenuante. O movimento foi gradativo, seguindo de perto o fluxo das demandas políticas colocadas em prática em outros estados e no cenário internacional, demonstrando, como já mencionado, a existência de redes de discussão, apoios e solidariedades que se estruturavam em múltiplas e diversificadas direções.

Ao longo de todo o período analisado, a manifestação pela redução da jornada de trabalho foi a demanda prioritária e a principal aglutinadora do movimento caixeiral. Não foi, no entanto, uma luta única e nem se colocou nesses termos desde o início. Antes, esboçou-se por meio de um processo sequencial e cumulativo em que, entre avanços e revezes – que se vinculavam tanto à dinâmica conjuntural da economia quanto à social e política –, as demandas dos caixeiros foram paulatinamente alargando seu escopo e abrangência. Em Manaus, essa luta por direitos passou a se expressar logo cedo, com o jornal *O Restaurador* veiculando a proposta do descanso semanal remunerado e avocando para os caixeiros o direito de não trabalhar aos domingos, sob a alegação principal de que tal já acontecia para a quase totalidade dos trabalhadores da cidade,

O operário passa a semana de martelo em punho e no domingo esquia-se às fadigas anteriores, porque o dia em que Deus descansou é dele também, e o chefe da oficina não o ordena que trabalhe. Não lhe ordena que trabalhe porque o domingo foi sempre consagrado ao repouso daqueles que, durante a semana,

vivem lutando para acudir as necessidades vitais.  
Todas as classes têm o domingo para descanso, só a caixeiral faz exceção.<sup>47</sup>

A proposta repercutiu amplamente pelos jornais amazonenses e, embora tivesse sofrido contestação imediata por parte do patronato, que alegava prejuízos financeiros de monta, atraiu a simpatia de muitos segmentos sociais, e até mesmo de alguns poucos comerciantes que, por conta própria, decidiram acatar a proposta dos caixeiros e fechar seus estabelecimentos no domingo. O apoio mais importante veio do segmento político que, representando e defendendo os ideais da República recém-proclamada, buscava apresentar-se como novo e progressista diante do arcaísmo do regime monárquico. Foi sobre esse segmento específico que os discursos das lideranças caixerais causaram mais impactos, na medida em que, como se viu, elas passaram a associar as condições de vida e trabalho dos caixeiros à dos antigos escravos. Urgia, portanto, que a República, através de seus representantes em cada estado e cada cidade do país, reafirmasse seu papel transformador, afastando-se das marcas e estigmas do regime anterior.

Não sem razão as lideranças caixerais cedo transferiram a proposta do fechamento das portas aos domingos para o âmbito da municipalidade, conseguindo ali – não sem luta, nem de forma imediata – importantes vitórias, com suas propostas transformadas em leis. A primeira lei municipal nesse sentido foi assinada ainda no século XIX, em 6 de fevereiro de 1896; enquanto a segunda, que ampliou seu escopo, para incluir os feriados, datou de 30 de maio de 1904, o que não deixa de ser um dado importante, já que por seu intermédio é possível argumentar no sentido de terem sido os caixeiros os responsáveis pelas primeiras leis trabalhistas aprovadas no Amazonas. Não se deve pensar, todavia, numa linearidade em termos das conquistas do segmento caixeiral, já que revezes aconteciam, ao sabor das conjunturas econômicas e interesses políticos diversificados. Assim, quando em 1911, os caixeiros conseguiram da municipalidade a aprovação de mais uma lei de “fechamento de portas”, um periódico amazonense voltado para a sátira política e para a crítica dos costumes comentou a vitória, não sem ponderação e ironia:

47 *O Restaurador*, nº 1. Manaus, 22 de junho de 1890.

A classe caixeiral cá da terra mostra-se satisfeita e alegre porque a Intendência da capital, depois de ter mandado fechar, abrir, uma coisa e outra, e antes pelo contrário, agora tornou a mandar fechar os estabelecimentos comerciais e industriais aos domingos e feriados.

Parece-nos que os Srs. Caixeiros, de cujas regalias domingueiras somos apologistas, não devem soltar foguetes antes do tempo, pois é muito provável que, à vista da crônica e assas demonstrada indecisão, por parte da Intendência, em mandar abrir ou fechar aquilo que é dos outros, em breve algum Intendente se lembre de apresentar um novo projeto de lei que obrigue os comerciantes a abrirem e fecharem as portas ao mesmo tempo.

E então os caixeiros se abririam em protestos banais, ao passo que os comerciantes, os únicos competentes para mandar abrir ou fechar, se fechariam em copas.<sup>48</sup>

Na primeira década do século XX as demandas pela redução da jornada ganhavam novo ímpeto, voltando-se agora para o tamanho da jornada diária, que para os caixeiros deveria ser de doze horas – das seis horas da manhã às seis horas da tarde –, incluindo-se aí um intervalo de duas horas para o almoço<sup>49</sup>. Assim, o termo *fechamento de portas* via-se recuperado na nova demanda de limitar o tamanho da jornada, propondo que o comércio fechasse diariamente às 18 horas. Mesmo que pareça elevada a olhos contemporâneos, a proposta apresentada era de fato um avanço ante ao fato de, em Manaus, ainda ser comum a existência de jornadas mais altas, de 14, 15 horas por dia, e com intervalos mais curtos para descanso e alimentação. Tão importante quanto isso, era o fato de que a lei unificaria as dimensões da jornada, retirando dos patrões o poder normativo que até então possuíam e que tendiam a usar discricionariamente.

Em Manaus, as duas campanhas pelo fechamento das portas espalharam-se até a década de 1920, esbarrando na resistência e reação de um patronato em boa medida insensível aos clamores da categoria e que usava de todo e qualquer estratégia para burlar a frágil legislação municipal. Após

48 *O Palito*, nº 1. Manaus, 1º de junho de 1902.

49 Como é possível perceber, os caixeiros amazonenses repetiam, de forma quase idêntica, a proposta que os parisienses haviam entabulado em 1899.

a emergência da legislação protetiva aos caixeiros, a principal estratégia patronal foi a de segurá-los em trabalhos internos, mesmo quando seus estabelecimentos ficavam fechados, o que só foi possível porque a legislação, respondendo precisamente ao que era solicitado – o fechamento das portas do comércio nos domingos e diariamente após às seis horas da tarde – não estabelecia nenhum direito de “liberdade” ao caixeiro naqueles dias e horários, como também nunca chegou efetivamente a estabelecer um limite de horas diários ao qual os patrões deveriam se submeter. Buscando minar a resistência patronal, as lideranças dos caixeiros voltaram a argumentar que o fechamento do comércio às 18 horas era um imperativo para a melhor instrução dos empregados e não para o ócio. Chama a atenção o fato de a associação também direcionar essa fala aos seus próprios sócios, numa atitude claramente moralizadora: “Em lugar de buscarmos o prazer efêmero das orgias, nesses antros de desolação onde os mais fortes perdem muitas vezes a inteligência e a energia, devem procurar àquele tempo da educação e do desenvolvimento intelectual”.<sup>50</sup>

O tema da redução da jornada para os caixeiros ainda entraria em pauta uma terceira vez, no momento em que as associações daquela categoria decidiram assumir a bandeira de luta da jornada de oito horas, engrossando, neste particular, as lutas operárias que diversas outras categorias no mundo já vinham assumindo de forma mais incisiva desde o início do século XX. Todavia, embora essa demanda tenha sido entabulada pelos caixeiros em diversas oportunidades até os anos 1920, em nenhuma delas obtiveram sucesso.

Seja como for, um olhar para o movimento dos caixeiros amazonenses no período aqui compreendido resulta numa clara percepção de que, para além dos comprometimentos e limites impostos por uma estrutura social e política opressiva e adversa, a agência humana (THOMPSON, 1987, p. 9) conseguia se desenrolar por frestas e fimbrias do sistema no intuito de fazer valer os interesses de sujeitos sociais que, ao fim e ao cabo, rejeitavam a ideia de submissão passiva à um *destino* que lhes era imposto.

Num momento de grande efervescência social e política, em que se materializam tanto a mudança de regime no país quanto a emergência da classe operária como ator político de relevo, os caixeiros amazonenses

50 *Tribuna do Caixeiro*, nº 4. Manaus, 10 de maio de 1908.

forjaram suas identidades de classe a partir de complexos elementos que incluíam dimensões (e tensões) étnicas, a articular portugueses e brasileiros; etárias, com forte presença de menores e do regime de tutela sob controle patronal, além de recorrer a elementos de diferenciação frente ao conjunto dos trabalhadores manauaras, com a assimilação de um ideário próprio a indicar uma ascensão social, tida como inexorável, desde que respeitadas a obediência e a hierarquia patronal, em meio a uma vida dedicada ao trabalho morigerado. Enfrentando o desafio associativo desde finais do século XIX, lançaram-se à conquista de direitos por intermédio do reformismo e de posturas refratárias à ação direta, ao custo de desqualificações como a da imputação da pecha de “amarelos”. Ao fim e ao cabo, demonstraram poder de organização e mobilização suficientes para entabular, em seus termos, um conjunto de ações e de lutas por direitos que, entre vitórias e derrotas, tentava reverter um quadro que lhes era desfavorável e, assim, reescrever de outro modo sua própria história.

## Referências

- AMORIM, Francisco Gomes de. *Ódio de Raça*. Lisboa: Tipografia Universal, 1869, p. 314-315.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*: Entrevista a Bernardo Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BATALHA, Cláudio. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 95-119.
- BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho*: Uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920). Londrina: EDUEL, 2008.
- CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. Vassoura, balcão, escritório e rua: a caixeiragem como carreira. *Almanack Braziliense*, nº 2, novembro de 2007, p. 39-53.
- CAMPOS, Raquel Discini. *Mulheres e crianças na imprensa paulista*

(1920-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CASTELLUCCI, Aldrin. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio (Orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p. 47-82.

DE LUCA, Tania Regina de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.

FARIA E SOUZA, João Batista et al. *A Imprensa no Amazonas*. Catálogo de jornais. Manaus: Imprensa oficial, 1908.

LEONARDI, Victor; HARDMAN, Francisco-Foot. *História da indústria e do trabalho no Brasil* (Das origens aos anos 20). 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 177.

MACIEL, Oswaldo. Mutualismo e identidade caixeiral: o caso da Sociedade Instrução e Amparo, de Maceió. In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio (Orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p. 131-152.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOURA, Kleber Barbosa de. Caixeiros na imprensa dos trabalhadores de Manaus: Discursos e ideologias (1908-1911). *Revista Escrita da História*, Ano II – vol. 2, n. 3, abr./ago. 2015, p. 146-167.

PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus, 1890-1920*. Manaus: Edua, 2015.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Dilemas da propaganda socialista em Manaus no alvorecer do século XX. *Projeto História*, São Paulo, v. 67, p. 399-432, Jan.-Abr., 2020.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2017.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A pena e a forja: Jornais de trabalhadores

no Amazonas no século XIX. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 251-278, ago. 2014.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880- 1920)*. Manaus: EDUA, 2015.

POPINIGIS, Fabiane. “Todas as liberdades são irmãs”: Os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o Império e a República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, p. 647-666, set./dez. 2016.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas: Unicamp, 2007.

POZZA NETO, Provino. *Ações emancipacionistas no Amazonas Imperial*. Dissertação (Mestrado em História). Manaus: UFAM, 2011.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Casa e Balcão: Os caixeiros de Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 21-51.

VITORINO, Artur José Renda. Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial brasileira. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 167-203.

RECEBIDO EM: 28/03/2020  
APROVADO EM: 17/03/2022